

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PL n. 14/2025
Pregão Eletrônico n. 90006/2025

CONTRATANTE

Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE) de Campo Belo – MG

OBJETO

Registro de preços para eventual **AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE ÁGUA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEMAE (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO) DE CAMPO BELO/MG.**

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 383.827,97 (trezentos e oitenta e três mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **18/08/2025** às 08h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

(Processo Licitatório nº 14/2025)

UASG: 928376

Torna-se público que o(a) **Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMA**, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Portaria n. 650/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual **AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE ÁGUA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEMA (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO) DE CAMPO BELO/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote. Vale destacar que o arranjo dos itens por grupos visa manter a economia de escala, sendo que os fornecedores aptos a ofertar um item do grupo possuem capacidade para ofertar os demais itens, não prejudicando a competitividade e ampla concorrência. Tal divisão também objetiva tornar o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomentar a disputa e ampliar o número de interessados na licitação. Ressalta-se que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço, dentro de uma possível e maior aproximação da padronização. Assim, fica plenamente justificada tal distribuição.

1.3. Em caso de **divergência** entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes no item 1.1. do Termo de Referência, **o licitante deverá obedecer à descrição do Termo de Referência**, anexo a este Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma **compras.gov.br** e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no(s) Sistema(s) relacionado(s) no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens, **114,115,116,117,118,119 e 120 pertencentes ao lote 17**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. SE VERIFICADO, A QUALQUER MOMENTO, QUE O NÍVEL DE QUALIDADE OU DESEMPENHO DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS NÃO PERMITE A CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, O PROPONENTE CONTRATADO DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, SUBSTITUI-LOS OU REFAZE-LOS, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas nacionais e municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos para a contratação.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou do Tribunal de Contas da União, a depender da origem dos recursos financeiros e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no **mínimo R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei (**este critério poderá ser usado desde que haja regulamento**);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho **(este critério poderá ser usado desde que haja regulamento)**;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle **(este critério poderá ser usado desde que haja regulamento)**.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso nenhuma das regras previstas no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#) solucione o empate, será realizado sorteio.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade os obtidos na pesquisa de preços que subsidiou o valor estimado da contratação.

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6.1. A LICITANTE deverá apresentar, juntamente com a proposta, catálogo, prospectos, folhetos, manuais ou outros documentos de domínio público emitidos pelo fabricante que comprovem as características técnicas do(s) produto(s) ofertado(s) para melhor avaliação, não sendo aceitos demais documentos de qualquer natureza.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira é a seguinte:

I. Habilitação Jurídica:

a. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força da lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- c. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d. **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e. **Filial, Sucursal ou Agência da Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- f. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- h. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Portaria-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

III. Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1. nos casos de certidões que não possuam explicitamente prazos de validade, será considerado o prazo de validade máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua emissão; e

a.2. as certidões que não possibilitem certificação da autenticidade de conteúdo e órgão expedidor por meio digital, somente serão aceitas se apresentadas em documento original ou mediante cópia autenticada. Visando à celeridade do processo licitatório, as licitantes poderão enviá-las por meio eletrônico, devendo, no entanto, remeter no prazo de 3 (três) dias contados da data do envio por meio eletrônico, os documentos originais ou cópias autenticadas para verificação.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral do SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no registro cadastral do SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para fins de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. NA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, O PREGOEIRO ADOTARÁ A ORIENTAÇÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO N. 1211/2021 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com

a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, aplicando-se, se for o caso, o disposto no art. 90 e seus parágrafos, da Lei Federal n. 14.133/2023

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no regulamento municipal.

10.3.3. Quando o signatário da ata se recusar ou se omitir em cumprir suas obrigações em tempo hábil;

10.3.4. Durante o período de tramitação de Processo Administrativo de Responsabilização em face do signatário da ata.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.demaecb.com.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante/contratado que, com dolo ou culpa:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.

- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
 - f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. Atraso na execução do objeto;
 - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
 - g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
 - h) Induzir em erro a Administração;
 - i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
 - j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
 - k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
 - l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
 - f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
 - g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
 - i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
 - j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.
- iv. Multa:
- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
 - c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com

vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante

12.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial e na Plataforma do *compras.gov.br* no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@demaecb.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Sete de Setembro, nº 363, Bairro Centro.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. A resposta ao pedido de esclarecimento vincula as decisões do Pregoeiro e passa a integrar este Edital, independente de transcrição.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.demaecb.com.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 14.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar e anexos;
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;
- 14.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta.

Campo Belo, 21 de julho de 2025.

Gabriela Ramos Silva
Responsável pelo Setor de Compras e Licitações
Matrícula 154-01


ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)	
PREVISÃO NO PAC	SIM () NÃO (x)
JUSTIFICATIVA: Ainda não há, para o exercício de 2025, um Plano de Contratações Anual publicado, por esse motivo, a contratação em tela não possui previsão no PCA. O DEMA E reconhece a importância do PCA como instrumento de planejamento e transparência na gestão pública, e está trabalhando esmeradamente para elaborar e disponibilizar o referido plano para o exercício de 2026. Esta Autarquia esclarece ainda que, devido às eleições municipais, neste ano de 2025 houve troca na gestão do órgão, o que dificultou o estabelecimento das demandas necessárias para este ano.	
ELABORAÇÃO DE ETP	SIM (x) NÃO ()


1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

- 1.2 - Aquisição de tubos e conexões de água para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de distribuição de água, com o objetivo de atender às

demandas do DEMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) de Campo Belo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:




SEQ.	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE D E MEDIDA	CEP	QUANT.	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR DE REFERENCIA
LOTE 1	TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
1	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	BARRAS	48607	900		R\$ 26,42
2	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	BARRAS	52585	540		R\$ 32,18
3	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	BARRAS	52584	450		R\$ 72,99
4	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	BARRAS	48608	90		R\$ 91,38
5	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	BARRAS	48609	90		R\$ 118,13
6	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	BARRAS	48610	18		R\$ 258,79
7	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	45		R\$ 441,43
LOTE 2	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.					

						
8	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51338	20		R\$ 3,59
9	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM	UNIDADES	51339	50		R\$ 3,87
10	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51340	10		R\$ 8,89
11	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48542	10		R\$ 16,84
12	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51341	10		R\$ 16,98
13	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51342	10		R\$ 43,32
14	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51343	10		R\$ 89,96
15	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	51344	10		R\$ 109,41
16	CURVA LONGA 90°PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 110MM; ESPESSURA	UNIDADES	51345	10		R\$ 279,90


	6,1MM.					
LOTE 3	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.					
17	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51346	300		R\$ 2,05
18	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51347	50		R\$ 1,74
19	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51348	50		R\$ 6,10
20	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	52846	30		R\$ 9,82
21	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51349	30		R\$ 9,85
22	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52699	20		R\$ 39,78
23	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	UNIDADES	52847	10		R\$ 118,00
24	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA	UNIDADES	52848	10		R\$ 107,74

	4,7MM					
25	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51350	10		R\$ 326,61
LOTE 4	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.					
26	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51351	2000		R\$ 1,29
27	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51352	500		R\$ 1,98
28	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM	UNIDADES	47856	50		R\$ 8,00
29	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	50111	100		R\$ 8,04
30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52525	20		R\$ 38,00
31	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	52527	20		R\$ 121,63
32	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA	UNIDADES	52541	20		R\$ 143,08

	4,7MM.					
33	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	52536	20		R\$ 318,29
LOTE 5	LUA SIMPLES PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
34	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51353	3000		R\$ 1,03
35	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	60904	2000		R\$ 1,46
36	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51354	100		R\$ 3,47
37	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51356	100		R\$ 6,03
38	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51357	100		R\$ 7,50
39	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51358	250		R\$ 17,77
40	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51359	20		R\$ 30,00
41	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53387	20		R\$ 68,85

42	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51360	20		R\$ 120,97
LOTE 6	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO - CLASSE 15 COR AZUL, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.					
43	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 20MM X 1/2; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	52053	30		R\$ 7,20
44	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 3/4; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	52326	10		R\$ 10,96
45	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 1/2; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48631	10		R\$ 7,58
46	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 32MM X 1; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48632	5		R\$ 23,33
LOTE 7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO COR MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
47	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 20MM X 1/2"; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51363	1000		R\$ 1,20
48	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 25MM X 3/4"; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51364	150		R\$ 1,71
49	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 32MM X 1"; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51365	30		R\$ 3,13

50	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 40MM X 1.1/4"; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53388	30		R\$ 5,60
51	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 50MM X 1.1/2"; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51366	30		R\$ 6,15
52	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 60MM X 2"; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51367	50		R\$ 20,00
53	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 75MM X 2.1/2"; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51368	10		R\$ 35,91
54	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 85MM X 3"; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	51369	10		R\$ 47,57
55	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 110MM X 4"; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51389	10		R\$ 79,96
LOTE 8	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680					
56	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 25 X 20MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48119	1000		R\$ 0,81
57	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 32 X 25MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48708	500		R\$ 1,93
58	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 40 X 32MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53390	100		R\$ 2,99

59	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 50 X 40MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	53391	100		R\$ 5,62
60	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 60 X 50MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51371	100		R\$ 11,70
61	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 75 X 60MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	47927	50		R\$ 28,51
62	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA . DE 85 X 75MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53392	10		R\$ 29,78
63	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 110 X 85MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	53393	5		R\$ 96,72
LOTE 9	LUIVA DE CORRER COM ANEL PARA TUBO PVC SOLDÁVEL EB-892 PARA AGUA FRIA. LUIVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COR MARROM COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
64	LUIVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51373	500		R\$ 15,11
65	LUIVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51374	500		R\$ 16,64
66	LUIVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL- MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51375	600		R\$ 28,67

67	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48643	100	R\$ 39,34
68	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51376	100	R\$ 49,67
69	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51377	300	R\$ 50,00
70	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48646	30	R\$ 75,00
71	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	52054	50	R\$ 60,18
72	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	49181	30	R\$ 108,79
LOTE 10	TE 90° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
73	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51379	500	R\$ 1,50
74	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51380	300	R\$ 2,79
75	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM;	UNIDADES	48651	300	R\$ 6,00






	ESPESSURA 2,1MM.					
76	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48652	20		R\$ 12,25
77	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	48653	20		R\$ 12,36
78	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	48654	20		R\$ 45,95
79	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48655	20		R\$ 86,62
80	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48656	20		R\$ 127,66
81	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51381	10		R\$ 230,06
LOTE 11	CAP (TAMPÃO) PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
82	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	49173	500		R\$ 1,94
83	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	49174	100		R\$ 1,78
84	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	49175	100		R\$ 4,00

85	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48661	50		R\$ 6,00
86	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51382	50		R\$ 10,25
87	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51383	50		R\$ 17,15
88	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48665	30		R\$ 31,44
89	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48666	30		R\$ 62,49
90	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	48667	10		R\$ 90,00
LOTE 12	UNIÃO SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB- 892/NBR5648/5680.					
91	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	47715	20		R\$ 11,00
92	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	47326	20		R\$ 13,00
93	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	47675	20		R\$ 18,05
94	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	47585	10		R\$ 37,67

95	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM;	UNIDADES	47682	10		R\$ 40,00
96	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51387	10		R\$ 115,83
97	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48356	10		R\$ 210,48
98	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48668	10		R\$ 252,69
99	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	52697	5		R\$ 560,72
LOTE 13	ADAPTADOR SOLDÁVEL LONGO COM FLANGE E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA, COR MARROM DE PVC RIGIDO; FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5648/77, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.					
100	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	53394	20		R\$ 17,41
101	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51388	10		R\$ 19,90
102	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51389	10		R\$ 29,32
103	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51390	10		R\$ 42,31
104	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51391	10		R\$ 38,11

105	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	53395	10		R\$ 64,42
LOTE 14	TUBO PVC 15 - JEI - PBA - 6M, COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, COM BOLSA PARA JUNTA ELÁSTICA ATRAVÉS DE ANEL DE VEDAÇÃO ALOJADO EM SULCO APROPRIADO NA BOLSA. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, NBR 5647/3.					
106	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 50/60MM; ESPESSURA 3,3MM.	BARRAS	51392	40		R\$ 163,01
107	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 75/85MM; ESPESSURA 4,7MM.	BARRAS	51393	40		R\$ 312,95
LOTE 15	LUVA DE CORRER - DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA - JEI - BITOLA - NBR 7.665/2007; PVC RÍGIDO.					
108	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA-JEI- DN 100MM	UNIDADES	51399	30		R\$ 193,08
109	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 150MM	UNIDADES	51400	20		R\$ 336,40
110	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 200MM	UNIDADES	51401	10		R\$ 524,64
111	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 300MM	UNIDADES	51398	5		R\$ 1.243,78
LOTE 16	ANEL DE VEDAÇÃO PARA HIDRÔMETROS. FEITO DE BORRACHA OU SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE/BUCHA VEDANTE DE 1/2".					
112	ANEL DE VEDAÇÃO FLEXÍVEL PARA HIDRÔMETROS DN 20. FEITO DE BORRACHA OU	UNIDADES	67772	10000		R\$ 1,24

	SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE.					
113	BUCHA VEDANTE DE 1/2 PARA TORNEIRAS COM MATERIAL DE SILICONE, DIÂMETRO: 1,3 CM; COMPRIMENTO: 1,8CM.	UNIDADES	60906	1000		R\$ 1,13
LOTE 17	COTA DO GRUPO 1 - TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.					
114	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	BARRAS	48607	100		R\$ 26,42
115	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	BARRAS	52585	60		R\$ 32,18
116	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	BARRAS	52584	50		R\$ 72,99
117	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	BARRAS	48608	10		R\$ 91,38
118	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	BARRAS	48609	10		R\$ 118,13
119	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	BARRAS	48610	2		R\$ 258,79
120	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	5		R\$ 441,43

LOTE 18	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400GR PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL - NBR 7.665/2007					
121	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400 GR. PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO.	UNIDADES	51402	15		R\$ 106,87
LOTE 19	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ADESIVO EXTRAFORTE; RESISTÊNCIA A ALTA PRESSÃO; ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO; INCOLOR; ODOR: CARACTERÍSTICO DE SOLVENTE CETÔNICOS; PH: NÃO APLICÁVEL; DENSIDADE (G/ML): 0,850-0,900; PONTO DE FULGOR: <7°C; VOC (G/1): <0,30; VOLUME 75G. CAIXAS CONTENDO 30 BISNAGAS. MARCAS POLYTUBES OU SIMILAR.					
122	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. BISNAGA DE 75G.	CAIXAS	67768	80		R\$ 300,00
LOTE 20	FITA VEDA-ROSCA. APLICADA EM ROSCAS DE TUBOS DE METAL OU PLÁSTICO. RESISTENTE AO ATAQUE DE TODAS AS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E CORROSIVAS (A 20°C). SUPORTA TEMPERATURAS ENTRE -90°C E 230°C. IDEAL PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA OU QUENTE, TUBULAÇÕES PARA VAPOR, AR COMPRIMIDO E VÁCUO. COR: BRANCO; COMPOSIÇÃO: TEFLON; TEMPERATURA MÁXIMA DE APLICAÇÃO: 230°C; COMPRIMENTO: 25M; LARGURA: 18MM.					
123	FITA VEDA-ROSCA 18MMx 25M (LARGURA xCOMPRIMENTO).	UNIDADES	49112	600		R\$ 6,29
LOTE 21	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MM X 3,5MM - MATERIAL PLÁSTICO NYLON COM PROTEÇÃO UV E QUE SUPORTA TEMPERATURA DE -35° A 85°. PACOTES COM 100 UNIDADES.					
124	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MMx3,5MM.	PACOTES	47683	30		R\$ 25,30
LOTE 22	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS – BI METAL COM DENTIÇÃO DE 24. AS LÂMINAS DE SERRA DEVEM POSSUIR MÚLTIPLAS ARESTAS DE CORTE, E EFEITO DE DIVISÃO DE CAVACOS, PROPORCIONANDO CORTES MAIS SUAVES, SUAS LÂMINAS DEVEM SER SEMI-RÍGIDAS, INQUEBRÁVEIS DURANTE O USO E À PROVA DE ESTILHAÇAMENTO, GARANTINDO UM MENOR CUSTO POR CORTE. AS LÂMINAS DEVEM APRESENTAR UMA ÁREA DE CONTATO MAIOR ENTRE OS METAIS, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA À					

QUEBRA E AO ARRANCAMENTO DOS DENTES DA SERRA.						R\$ 16,14
125	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS BI - METAL 300x13x0,60 MM. (COMPRIMENTOx LARGURAxESPESSURA).	UNIDADES	67769	700		

1.2 - Os objetos desta contratação são caracterizados como comum (s), ou seja, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021).

1.3 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato pelas partes na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 - Os quantitativos previstos para esta contratação encontram-se devidamente justificado no ETP, considerando a expectativa de consumo e/ou necessidade anual.

2 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

2.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se já completamente pormenorizada no tópico 1.1 deste Termo de Referência.

3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - Considerando que os tubos e conexões de água são de usos contínuos e essenciais para a manutenção das atividades e serviços cotidianos deste Departamento, é fundamental garantir o pleno funcionamento das operações e dos trabalhos de manutenção, incluindo ligações, religações e correções de vazamentos nas redes de distribuição de água, dentro do Município de Campo Belo/MG e seus limites territoriais.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - Os bens deverão ser entregues com as mesmas especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.2 - A contratada deverá arcar com os custos de entrega dos bens até o Município.

4.2 - INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.2.1 - Na presente contratação será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), previstas na tabela do item 1.1, de acordo com as justificativas abaixo:

4.2.3 - Em função da necessidade operacional para garantir qualidade, confiabilidade e durabilidade nas instalações hidráulicas, considerando a implantação de novas redes de distribuição de água, visa à compatibilidade entre os componentes

hidráulicos, assegurando uma integração perfeita entre tubos, conexões e demais elementos, e ainda considerando os benefícios gerados listados abaixo, se faz necessária a aquisição de tubos e conexões de água conforme marcas determinadas.

4.2.4 - Benefícios encontrados nos tubos e conexões de água cujas marcas foram determinadas;

- Melhor qualidade no produto final;
- Produção uniforme (padrão de preparação);
- Produção simultânea;
- Facilidade de manutenção e reparos;
- Redução de erros nas instalações;
- Certificações da ABNT NBR (normas regulamentadoras) vigentes.

4.3 - AMOSTRA:

4.3.1 - Haverá exigência de amostra para o lote 22, pois considerando a necessidade de garantir o atendimento integral às especificações técnicas, a apresentação de amostras é essencial para mitigar riscos e certificar que os produtos atendem aos requisitos de qualidade e funcionalidade exigidos.

4.3.2. Além disso, a verificação das amostras previne o fornecimento de produtos que, embora atendam formalmente às especificações no papel, apresentem má qualidade ou inadequações práticas que comprometam a eficiência do serviço público ou a durabilidade dos bens adquiridos.

4.4 - DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA/PRODUTO:

4.4.1 - Haverá vedação da marca MG Brasil Tubos, haja vista a análise feita pela área demandante, deflagrando o procedimento de oriundo e fundamentado no regulamento interno pela Portaria nº 666, de 13 de novembro de 2024.

4.5 - DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.5.1 - Não haverá exigência de carta de solidariedade.

4.6 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.7.1 - Não há complexidade e nem vultosidade, uma vez que a entrega será feita de forma parcelada e em um período razoável, compatível com o aporte básico do(a) licitante que seja capaz de atender todos os requisitos de edital;

4.7.2 - Considerando a onerosidade no fato desta exigência de garantia que, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes cujos valores seriam obviamente repassados à própria autarquia contratante no valor final do produto;

4.7.3 - A exigência de garantia, além dos fatores anteriormente mencionados, pode representar uma diminuição no universo de interessados, o que comprometeria o caráter competitivo do certame.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

5.1 - O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de compra (OC) em remessa parcelada:

5.1.1 - As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º Pedido: (imediato, logo após a assinatura do contrato ou termo equivalente).	<ul style="list-style-type: none"> • 600 barras do item 1; • 600 barras do item 2; • 300 unidades do item 17; • 500 unidades do item 56; • 40 caixas do item 113; • 600 unidades do item 123; • 30 pacote do item 124; • 700 unidades do item 125; • 10000 unidades do item 112; • 1000 unidades do item 113. 	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).
Demais pedidos: restante do pedido imediato. (a depender da demanda do departamento).	<ul style="list-style-type: none"> • 400 barras do item 1; • 500 barras do item 3; • 100 barras do item 4; • 100 barras do item 5; • 50 barras do item 7; • 20 unidades do item 8; • 50 unidades do item 9; • 10 unidades do item 10; • 10 unidades do item 11; • 10 unidades do item 12; • 10 unidades do item 13; • 10 unidades do item 14; • 10 unidades do item 15; • 10 unidades do item 16; • 50 unidades do item 18; • 50 unidades do item 19; • 30 unidades do item 20; • 30 unidades do item 21; • 20 unidades do item 22; • 10 unidades do item 23; • 10 unidades do item 24; • 10 unidades do item 25; • 2000 unidades do item 26; • 500 unidades do item 27; • 50 unidades do item 28; • 100 unidades do item 29; • 20 unidades do item 30; • 20 unidades do item 31; • 20 unidades do item 32; • 20 unidades do item 33; • 3000 unidades do item 34; • 2000 unidades do item 35; • 100 unidades do item 36; • 100 unidades do item 37; 	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).

	<ul style="list-style-type: none"> • 100 unidades do item 38; • 250 unidades do item 39; • 20 unidades do item 40; • 20 unidades do item 41; • 20 unidades do item 42; • 30 unidades do item 43; • 10 unidades do item 44; • 10 unidades do item 45; • 5 unidades do item 46; • 1000 unidades do item 47; • 150 unidades do item 48; • 30 unidades do item 49; • 30 unidades do item 50; • 30 unidades do item 51; • 50 unidades do item 52; • 10 unidades do item 53; • 10 unidades do item 54; • 10 unidades do item 55; • 500 unidades do item 56; • 500 unidades do item 57; • 100 unidades do item 58; • 100 unidades do item 59; • 100 unidades do item 60; • 50 unidades do item 61; • 10 unidades do item 62; • 5 unidades do item 63; • 500 unidades do item 64; • 500 unidades do item 65; • 600 unidades do item 66; • 100 unidades do item 67; • 100 unidades do item 68; • 300 unidades do item 69; • 30 unidades do item 70; • 50 unidades do item 71; • 30 unidades do item 72; • 500 unidades do item 73; • 300 unidades do item 74; • 300 unidades do item 75; • 20 unidades do item 76; • 20 unidades do item 77; • 20 unidades do item 78; • 20 unidades do item 79; • 20 unidades do item 80; • 10 unidades do item 81; • 500 unidades do item 82; 	
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> · 100 unidades do item 83; · 100 unidades do item 84; · 50 unidades do item 85; · 50 unidades do item 86; · 50 unidades do item 87; · 30 unidades do item 88; · 30 unidades do item 89; · 10 unidades do item 90; · 20 unidades do item 91; · 20 unidades do item 92; · 20 unidades do item 93; · 10 unidades do item 94; · 10 unidades do item 95; · 10 unidades do item 96; · 10 unidades do item 97; · 10 unidades do item 98; · 5 unidades do item 99; · 20 unidades do item 100; · 10 unidades do item 101; · 10 unidades do item 102; · 10 unidades do item 103; · 10 unidades do item 104; · 10 unidades do item 105; · 40 barras do item 106; · 40 barras do item 107; · 30 unidades do item 108; · 20 unidades do item 109; · 10 unidades do item 110; · 5 unidades do item 111; · 15 unidades do item 121; · 40 caixas do item 122. 	
--	---	--

5.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a licitante deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Jeferson Tagliaferri, 822, Feira, CEP 37270-000, em Campo Belo/MG, em horário comercial de segunda à sexta-feira, de 8h às 17h.

5.2 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.1 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo

ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6 - GARANTIA DOS PRODUTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.1 - O prazo de garantia é de 90 (noventa) dias a partir da data de fabricação do produto contra defeitos de fabricação, conforme previsto pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1 - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

7.1.1 - GESTOR DO CONTRATO: Tyrison Magno Barcelete Resende / Auxiliar Administrativo / Matrícula: 165-01/ E-mail: licitacao@demaecb.com.br/ Telefone (35) 3831-7927;

7.1.2 - FISCAL DO CONTRATO: Pedro Henrique Ferreira / almoxarifado/ Matrícula: 123-01/ E-mail: almoxarifadodemaecb@outlook.com / Telefone (35) 99921-7005.

7.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.4.1 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.4.2 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à autarquia ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.6 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6.1 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à autarquia a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.7 - As comunicações entre a autarquia e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8 - A autarquia poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.10 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação do(a) licitante junto ao Cadastro de Fornecedores do SICAF.

7.10.1 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.11 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.11.1 - Acompanhar a entrega dos bens;

7.11.2 - Declarar formalmente que a entrega dos bens estão de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

7.11.3 - Encaminhar a indicação de sanções ao setor jurídico em caso de intercorrência não resolvida que implique em descumprimento contratual;

7.11.4 - Manter os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas durante a execução do contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

8.1 - A proposta vencedora será selecionada pelo critério de:

a) MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2 - As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme definido pelo Setor de Licitações.

8.3 - Havendo divergências entre preços, marcas ou modelos inseridos em campo apropriado na Plataforma do compras.gov em comparação à proposta comercial redigida que deverá ser inserida nos anexos convocados, serão considerados efetivamente para fins da contratação as informações constantes no sistema, pois foram elas que balizaram a disputa do certame.

9 - REALIZAÇÃO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA:

9.1 - NÃO SE APLICA.

10 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

10.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, nos prazos e locais indicados pela autarquia, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, tipo e procedência;

10.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.3 - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da autarquia, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis o produto com avarias ou defeitos;

10.1.4 - Atender prontamente a quaisquer exigências da autarquia, inerentes ao objeto da licitação;

10.1.5 - Comunicar à autarquia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.8 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.2.1 - Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.5 - Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

11 - AFERIÇÃO E PAGAMENTO:

11.1 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo contratante.

11.1.1 - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à sua prévia conferência pelo fiscal do contrato.

11.1.2 - As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo contratante.

11.1.3 - Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da contratada, sob pena de glosa do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da contratada.

11.2 - Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal, a seguinte documentação:

- Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

11.3 - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

11.4 - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.5 - É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

12 - DO REAJUSTE:

12.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2 - Após o interregno de um ano, a pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do INPC ou do IPCA, o que for mais vantajoso para a autarquia, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

13.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) - Ação: 2105 - Manut.Escrit.e Setor.Abastec.d'agua;
- Funcional: 0017.0512.0139;
- Vínculo: 17530000000;
- Elemento de Despesa: 3390.30.00 - Material de consumo;
- Referência: 1120.

Campo Belo/MG, 24 de junho de 2025.

Isaías Barboza Fernandes
Matrícula: 152-01
Setor de Serviços Operacionais

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Campo Belo/MG, 24 de junho de 2025.

Fabrício Rodrigues Teixeira
Matrícula: 195-01
Ordenador de Despesas

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) E ANEXOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 14/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de tubos e conexões de água para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de distribuição de água, com o objetivo de atender às demandas do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Campo Belo/MG.

2.2. Os tubos e conexões de água são de uso contínuo, sendo essenciais para a manutenção das atividades e serviços cotidianos deste Departamento, para que possamos manter o pleno funcionamento das atividades operacionais e aos trabalhos de manutenção de ligações, religações e correções de vazamentos na rede de distribuição de água, dentro do Município de Campo Belo/MG e seus limites territoriais.

2.3. Em via de regra, é proibida a realização de licitação para a aquisição de produtos de marcas, características e especificações exclusivas. Essa vedação visa garantir a impessoalidade, onde o gestor público deve contratar o bem ou serviço que atenda à necessidade pública, não podendo fazer sua escolha em razão de uma preferência pessoal por determinada marca.

2.4. A Lei autoriza, porém, a indicação de marca quando houver justificativa técnica, sendo esta uma fundamentação objetiva da necessidade de escolha de determinada marca, deixando claro que não se trata de uma escolha arbitrária.

2.5. Uma das hipóteses que permite a exigência de marca pela administração pública é em decorrência da necessidade de padronização do objeto e em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela autarquia (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 41, Inciso I, Alínea "a" e "b").

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FABRÍCIO RODRIGUES TEIXEIRA	SEDE ADMINISTRATIVA
SETOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	WAGNER FERREIRA TRINDADE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;

4.2. Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.2.1. Na presente contratação haverá a indicação da marca ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Documento de Formalização da Demanda, conforme se seguem os critérios:

4.2.2. Em função da necessidade operacional para garantir qualidade, confiabilidade e durabilidade nas instalações hidráulicas, considerando a implantação de novas redes de distribuição de água, visa à compatibilidade entre os componentes hidráulicos,

assegurando uma integração perfeita entre tubos, conexões e demais elementos, e ainda considerando os benefícios gerados listados abaixo, se faz necessária a aquisição de tubos e conexões de água conforme marcas determinadas.

4.2.3. Além dos pontos abordados, as marcas determinadas fazem parte da indicação da equipe operacional que executa as atividades relacionadas às instalações hidráulicas.

4.2.4. Seguem as marcas determinadas e seus respectivos lotes:

4.2.4.1. Tubo PVC soldável 6m marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.2. Curva longa 90° PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.3. Joelho 45° PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.4. Joelho 90° PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.5. Luva simples PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.6. Luva soldável/rosca (SRM) bucha latão cor azul: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.7. Adaptador PVC soldável curto com bolsa e rosca para registro cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.8. Bucha de redução PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.9. Luva de correr com anel para tubo PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.10. Tê 90° PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.11. CAP (tampão) PVC soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.12. União soldável cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.13. Adaptador soldável longo com flange e anel para caixa d'água cor marrom: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.14. Tubo PVC 15 JEI - PBA - 6m, cor marrom para água fria: * marcas: tigre, amanco, unocann ou similar.

4.2.4.15. Cola - adesivo plástico para tubos de PVC rígido 75g.: * marcas: polytubes ou similar.

4.2.5. Não obstante, outras marcas que atendam aos critérios poderão participar da licitação pública, submetendo-se a avaliação técnica.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.3.1. Na presente contratação haverá a vedação da marca: MG Brasil Tubos de PVC, tendo em vista a instauração de procedimento administrativo finalizado com testes realizados pela equipe técnica que concluíram que as especificações não atendem aos anseios de sua utilização nas redes de água e esgoto.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.4.1. Não haverá exigência da carta de solidariedade.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 96 haja vista que tal artefato poderia afastar potenciais fornecedores, e a contratação em tela trata-se de bens comuns, em razão da baixa complexidade auferida pelos itens a serem adquiridos.

Fornecimento dos bens

Os bens contratados deverão ser entregues no Setor de Serviços Operacionais, situado à Rua Jefferson Tagliaferri nº 822, Bairro da Feira, na cidade de Campo Belo/MG

O prazo de entrega para os bens será de 20 (vinte dias) úteis, conforme cronograma anexo.

5. Adoção do Sistema de Registro de Preços

5.1. Optou-se pela utilização do procedimento auxiliar em tela, motivado pela sazonalidade dos eventos que ocorrerão durante o ciclo de vida contratual, sendo complicado quantificar de forma exata os itens aos quais se pretendem adquirir no decurso do processo.

6. Classificação do objeto

6.1. Em análise preliminar configura-se como fornecimento de bens comuns, justificado pois o objeto contém ações, objetivamente padronizáveis em termo de desempenho e qualidade.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Atualmente o mercado conta com algumas empresas para os bens necessários que foram apresentados. Em análise prévia diante do histórico proveniente deste processo apurou-se que existem algumas empresas do ramo que dispõem de condições para o fornecimento dos bens pretendidos, como também foi feita consulta local regional para verificar contratações similares que se mostraram viáveis, conforme anexado à este documento

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A melhor alternativa para solucionar o problema apresentado será a abertura de um processo de Pregão, sob a forma eletrônica, no intuito de abarcar o maior número de interessados e possibilitar que a autarquia obtenha o melhor negócio pela primazia do interesse público.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Salientando que o quantitativo apontado pelo documento de formalização da demanda (D.F.D) é em média suficiente para 12 (doze) meses de duração da vigência contratual, e havendo saldo residual poderá haver a possibilidade de renovação de prazo da ata de registro de preços, por tratar-se de um processo de contratação parcelada.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 383.376,20

(Trezentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Houve o parcelamento em 118 itens distintos, subdivididos em 21 lotes, para que o fornecimento dos bens ocorra de forma parcelada, a fim de estimular o maior número de participantes interessados, observados os critérios de preferência para ME/EPP ou Equiparada diante do histórico anterior.

11.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, devido a questão técnica de encaixe entre as peças, sendo que a oferta de marcas distintas entre os itens do lote poderia acarretar prejuízos e incompatibilidade entre as ligações das redes. Cabe ainda esclarecer que o agrupamento por lotes visa manter a economia de escala, sendo que os fornecedores aptos a ofertar um item do lote possuem capacidade para ofertar os demais itens, não prejudicando a competitividade e ampla concorrência.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. O procedimento licitatório em tela se caracteriza como contratações interdependentes, haja vista que são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, não podem ser contratadas de forma individual para a plena satisfação da necessidade da autarquia, sem prejuízos aparentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O levantamento da quantidade, bem como o cronograma das entregas, foram feitos através da análise criteriosa da demandante e traz à tona o alinhamento entre o planejamento do que se pretende contratar, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias, a fim de que não haja extrapolamento da previsão estipulada, bem como a análise de saldo orçamentário junto ao Departamento de Contabilidade e Tesouraria.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Benefícios encontrados nos tubos e conexões de água cujas marcas foram determinadas:

12.1.1. Melhor qualidade no produto final;

12.1.2. Produção uniforme (padrão de preparação);

12.1.3. Produção simultânea;

12.1.4. Facilidade de manutenção e reparos;

12.1.5. Redução de erros nas instalações;

12.1.6. Certificações da ABNT NBR (normas regulamentadoras) vigentes;

12.1.7. Melhoria na distribuição de água, evitando vazamentos e desperdícios;

12.1.8. Redução da necessidade de reparos e substituições frequentes, diminuindo custos e manutenção;

12.1.9. Compatibilidade e integração entre tubos e conexões;

12.1.10. Melhorias na qualidade de serviços prestados à população do Município de Campo Belo - MG e de seus limites territoriais;

- 12.1.11. Minimizar riscos diversos, especialmente durante o ciclo de vida processual;
- 12.1.12. Não estourar o orçamento previsto;
- 12.1.13. Selecionar empresas idôneas para o fornecimento dos bens;
- 12.1.14. Evitar o fracionamento nas contratações públicas.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Levar ao conhecimento da autoridade competente as situações apuradas na fase preparatória, no intuito de que o mesmo autorize a instauração do procedimento de contratação.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU /AGU, 5ª Edição, julho/2022, recomendamos que a Contratada observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, que visa "Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis" e fixou em sua meta nº 12.7, a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

UASG 928376

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Por todo exposto na fase preparatória, a conclusão se deu favorável pelo prosseguimento ao procedimento que se pretende formalizar respeitando aos preceitos legais que prevê a Lei Federal nº 14.133/2021 e as devidas regulamentações.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

MARLUCIA MARIA DE ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/07/2025 às 14:56:21.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Consolidado da vedação de marca.pdf (580.58 KB)
- Anexo II - DFD (Tubos e conexões de água).pdf (266.6 KB)

CONSOLIDADO DA VEDAÇÃO DE MARCA

DEMAE **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**
Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761
Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG


PARECER TÉCNICO

Considerando que na data do dia 28 de janeiro de 2025 por volta das 10 horas, houve a tentativa de entrega da mercadoria conforme consta na Ordem de Compra nº 8/2025 / Pregão Eletrônico 030/2024 – Processo Licitatório nº 046/2024, e o recebimento sumário se daria através do Departamento de Serviços Operacionais, situado à Avenida Jefferson Tagliaferri, nº 822, porém ficou constatado a qualidade absurdamente inferior, que embora na proposta comercial do licitante Casa Miranda Materiais de Construção LTDA, inscrita sob CNPJ nº 08.528.006/0001-48, informe que a fabricação foi abrangendo às Normas Brasileiras Regulamentadoras – NBR, realizou-se uma gravação de vídeo em que o servidor Matheus Henrique Belchior Reis, fez uma inspeção técnica em que o tubo de 200mm morgava ao ser apertado, e em comparação aos que existiam em estoque de 150mm o mesmo nem sequer flexionou.

Vale salientar que embora não tenha valor jurídico, foi localizado na pasta em nuvem uma notificação para a marca supracitada, data de 16 de agosto de 2017 em que o fiscal contratual relata os mesmos defeitos contidos na mercadoria.

A gravação comprobatória atual segue anexa conforme mídia de pendrive.

Atenciosamente


Wagner Trindade Ferreira
RESPONSÁVEL DRENAGEM PLUVIAL

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 19.130.038/0001-07 Endereço: AVENIDA SETE DE SETEMBRO - 363 CASA - Bairro: CENTRO Cidade: Campo Belo - MG CEP: 37.270-000 Fone: 3538311087 Fax: IDEM							
ORDEM DE COMPRA 8 / 2025							
Data: 02/01/2025		Contrato: 35 / 2024		Data de Vencimento: 02/01/2025		Aditivo:	
Tipo Objeto:		Requisição:		Nº Empenho:		Solicitação Compra: /	
Proc. Lic.: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO Impresso Por: 9392 - GILMARA ALVES DOS SANTOS							
Razão Social: 094150 - CASA MIRANDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Cidade: Alfenas - MG Endereço: JOÃO DE SOUZA SOBRINHO nº Telefone Comercial: (35)3292-9292 E-Mail: lojacasamiranda@gmail.com							
CPF/CNPJ: 06.528.006/0001-48 Insc. Est.: Bairro: JARDIM PANORAMA Fax:							
Dotação Orçamentária Dotação: 1142 Órgão: 3 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA Unidade: 1 - DEPTO. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO Ação: 2106 - MANUTENÇÃO SETOR ESGOTO SANITÁRIO Elemento: 3339030240000000000 - Material para manutenção de bens imóveis Vínculo: 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos							
Finalidade AQUISIÇÃO DE CURVAS OCRE E TUBOS DE ESGOTO Histórico AQUISIÇÃO DE CURVAS OCRE E TUBOS DE ESGOTO							
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total	
3	20	UN.	50436 - TUBO ESGOTO PVC JEI DN 200MM BARRA DE 6 METROS; TUBO DE PVC RÍGIDO PARA ESGOTO; DIÂMETRO NOMINAL 200MM; COM JUNTA ELÁSTICA E SOLDÁVEL; NA COR BRANCA	MG BRASIL	R\$190,00	R\$3.800,00	
Valor Acréscimo: R\$0,00					Valor Desconto: R\$0,00		Total Geral: R\$3.800,00
Dados da Entrega Prazo Entrega: Local Entrega: null, null, null, null							
Serviço Prestado: Dentro Cond. Pgto.: CONFORME TERMO DE REFERENCIA							
I - Uma cópia da Ordem de Compra ou número desta, deverão acompanhar a Nota Fiscal. II - Preferencialmente, não englobar dois ou mais pedidos na mesma Nota Fiscal. III - O valor do desconto informado e concedido pelo fornecedor quando da consulta de preços se, este constar na Ordem de Compra, deverá obrigatoriamente constar na Nota Fiscal. IV - Não serão aceitas Notas Fiscais com rasuras ou emendas. V - Nos casos de Obras e Serviços de Engenharia, esta Ordem de Compra não substituirá a Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia para o início da execução da(s) obra(s). VI - O descumprimento total ou parcial das obrigações de entregar a mercadoria ou prestar o serviço acarretará as seguintes sanções VII e VIII. VII - Juros moratórios no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da ordem de compra, a partir do 10º dia útil de atraso, contado do recebimento emissão da ordem de compra, limitado a 10 dias, caracterizando inexecução parcial. VIII - Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da ordem de compra pela inadimplência além do prazo de 10 (dez) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.							
Autorizo os dados acima destacados : <div style="text-align: center;">_____ Responsável</div>							



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761
Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

Campo Belo, 16 de agosto de 2017.

Ofício nº 35/2017 - Licitação

A empresa MG BRASIL INDÚSTRIA E ARTEFATOS DE PLÁSTICO LTDA
Aos cuidados do (a) representante legal.
Avenida Flemming Larsen, 545, Jardim Juliana
CEP 37.235-000, em Coqueiral - MG

NOTIFICAÇÃO

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, neste ato representado por seu diretor Ademir Anselmo Teixeira, vem **NOTIFICAR** a empresa **MG BRASIL INDÚSTRIA E ARTEFATOS DE PLÁSTICO LTDA** já qualificada no Contrato nº 23/2016, acerca dos seguintes fatos:

Fatos	Referência contratual	Referência legal
1. Foi constatado pela fiscal do contrato que os produtos fornecidos por esta Empresa apresentaram defeitos ao serem utilizados, conforme solicitação e fotos que seguem anexo.	Cláusula 09, 10 e 11	Art. 77 e 78, II, da Lei 8.666/93

Querendo, apresentar defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a autoridade que esta subscreve, no endereço Avenida 7 de Setembro, 363, Centro, CEP 37270-000, em Campo Belo - MG, Sala de Licitações, telefone (35) 3831-1087, tendo em conta a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção I, Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seus regulamentos.

Atenciosamente,

Ademir Anselmo Teixeira
Diretor

DECER JURÍDICO nº. 003/2025

Assunto: Recusa de recebimento de produto de determinada marca fornecida, por ausência de qualidade e padrões técnicos estabelecidos.

Interessado: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Elaborado por: Camila Sousa Lima

Data: 29 de janeiro de 2025

I. RELATÓRIO

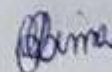
O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DEMA E, entidade da Administração Pública, relata que no dia 28/01/2025 houve a tentativa de entrega de mercadorias conforme especificado na ordem de compra nº. 8/2025 – Pregão Eletrônico – Processo Licitatório nº. 046/2024, da licitante CASA MIRANDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

No entanto, ao realizar a conferência dos produtos constantes na Ordem de Compra 08/2025, que se trata de TUBO ESGOTO PVC JEI DN 200MM BARRA DE 6 METROS, DA MARCA MG BRASIL, verificou-se que os produtos apresentaram qualidade extremamente deficiente ao exigido no contrato e nos padrões técnicos estabelecidos.

Portanto, a baixa qualidade torna o produto inadequado para a finalidade pública a que se destina, gerando prejuízo à eficiência administrativa e descumprimento de exigências técnicas.

Além disso, destaca-se que essa situação não é inédita. Em 2017, foi noticiado pelo fiscal do contrato, que outra empresa licitante já foi notificada pelos mesmos problemas relacionados à qualidade da marca MG BRASIL.

Diante da reincidência do problema e da evidente incompatibilidade dos produtos com as exigências técnicas estabelecidas, a Autarquia busca respaldo jurídico para fundamentar o



...dimento de novas aquisições dessa marca, resguardando-se de
eventuais questionamentos administrativos ou judiciais.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 às contratações públicas

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece diretrizes e regras para a Administração Pública na aquisição de bens e serviços, reforçando princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e qualidade.

Conforme o artigo 11, da referida norma, a contratação pública deve garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, levando em conta não apenas o menor preço, mas também a qualidade e a adequação do objeto ao interesse público.

2. Recusa de recebimento de produtos por não conformidade

Nos termos do artigo 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado está condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas. Caso se constate que os produtos entregues não atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos no edital, contrato ou termo de referência, a Administração tem o direito – e o dever – de recusar o recebimento.

Além disso, o artigo 144 da mesma lei prevê que, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, o contratado pode ser obrigado a substituir os produtos defeituosos ou inadequados, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3. Aplicação de penalidades e impedimento de novas aquisições

Alina



Se a fornecedora da marca MG BRASIL apresentar reiterados problemas de qualidade, a Administração pode adotar medidas restritivas, como:

- **Advertência** (art. 156, inciso I);
- **Multa** (art. 156, inciso II);
- **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública** pelo prazo de até três anos (art. 156, inciso III);
- **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com qualquer ente da Federação, nos casos mais graves (art. 156, inciso IV).

Além disso, conforme o artigo 147 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode rescindir unilateralmente o contrato caso o fornecedor não cumpra as exigências de qualidade previstas no ajuste, especialmente se houver prejuízo ao interesse público.


III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DEMAE, tem respaldo jurídico para recusar produtos da marca MG BRASIL caso se comprove que não atendem aos padrões de qualidade exigidos.

Recomenda-se a formalização de um processo administrativo para documentar as irregularidades, assegurando transparência e legalidade na decisão. Sugere-se também a notificação formal da fornecedora, concedendo prazo para manifestação e eventuais ajustes, antes da adoção de medidas sancionatórias ou da rescisão contratual.

Este é o parecer.

Campo Belo, 29 de Janeiro de 2025.


Camila Sousa Lima
OAB/MG 147.385
Assessora Jurídica

CONTROLE INTERNO nº. 001/2025

ASSUNTO: Recusa de recebimento de produto de determinada marca fornecida, por ausência de qualidade e padrões técnicos estabelecidos.

INTERESSADO: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Campo Belo/MG

1 – RELATÓRIO

Segundo Parecer Técnico emitido pelo servidor responsável pela Drenagem Pluvial do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Campo Belo/MG (DEMAE), após a recepção do material fornecido pela licitante Casa Miranda Materiais de Construção LTDA, verificou-se que a qualidade do produto apresentava significativas discrepâncias em relação aos padrões estabelecidos no Edital do Processo Licitatório 046/2024.

A Lei 14.133/2021, que trata da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece que os materiais utilizados nas licitações devem atender a padrões mínimos de qualidade.

O artigo 34 da lei prevê que os julgamentos de licitação devem considerar o menor dispêndio para a administração, desde que os padrões de qualidade sejam atendidos.

O uso de material de qualidade inferior ou inadequado pode ser considerado um vício insanável, que leva à desclassificação da proposta.

Consoante o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

II - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

III - entrega de uma mercadoria por outra;

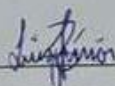
IV - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;



Portanto, em conformidade com os Pareceres Técnico e Jurídico, o Controle Interno ratifica a decisão de recusar o recebimento do material de qualidade inferior fornecido pela licitante Casa Miranda Materiais de Construção LTDA, em virtude de sua não conformidade com os padrões estabelecidos no Edital do Processo Licitatório.

É o parecer. SMJ.

Campo Belo, 03 de Fevereiro de 2025.




Controle Interno





D.F.D. -


ANEXO ÚNICO AO D.F.D.

PLANILHA PARA FORNECIMENTO DOS BENS PRELIMINARES



SEQ.	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE D E MEDIDA	CEP	QUANT.	IMAGEM ILUSTRATIVA
LOTE 1	TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
1	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	BARRAS	48607	900	
2	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	BARRAS	52585	540	
3	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	BARRAS	52584	450	
4	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	BARRAS	48608	90	
5	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	BARRAS	48609	90	
6	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	BARRAS	48610	18	
7	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	45	
LOTE 2	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN				

	OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.				
8	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51338	20	
9	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM	UNIDADES	51339	50	
10	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51340	10	
11	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48542	10	
12	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51341	10	
13	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51342	10	
14	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51343	10	
15	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	51344	10	
16	CURVA LONGA 90°PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 110MM; ESPESSURA	UNIDADES	51345	10	


	6,1MM.				
LOTE 3	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.				
17	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51346	300	
18	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51347	50	
19	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51348	50	
20	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	52846	30	
21	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51349	30	
22	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52699	20	
23	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	UNIDADES	52847	10	
24	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA	UNIDADES	52848	10	


	4,7MM				
25	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51350	10	
LOTE 4	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.				
26	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51351	2000	
27	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51352	500	
28	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM	UNIDADES	47856	50	
29	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	50111	100	
30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52525	20	
31	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	52527	20	
32	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA	UNIDADES	52541	20	


	4,7MM.				
33	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	52536	20	
LOTE 5	LUA SIMPLES PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
34	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51353	3000	
35	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	60904	2000	
36	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51354	100	
37	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51356	100	
38	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51357	100	
39	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51358	250	
40	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51359	20	
41	LUA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53387	20	


42	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51360	20	
LOTE 6	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO - CLASSE 15 COR AZUL, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.				
43	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 20MM X 1/2; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	52053	30	
44	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 3/4; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	52326	10	
45	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 1/2; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48631	10	
46	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 32MM X 1; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48632	5	
LOTE 7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO COR MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
47	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 20MM X 1/2"; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51363	1000	
48	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 25MM X 3/4"; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51364	150	
49	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 32MM X 1"; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51365	30	


50	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 40MM X 1.1/4"; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53388	30	
51	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 50MM X 1.1/2"; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51366	30	
52	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 60MM X 2"; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51367	50	
53	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 75MM X 2.1/2"; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51368	10	
54	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 85MM X 3"; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	51369	10	
55	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 110MM X 4"; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51389	10	
LOTE 8	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680				
56	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 25 X 20MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48119	1000	
57	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 32 X 25MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48708	500	
58	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 40 X 32MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53390	100	



59	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 50 X 40MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	53391	100	
60	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 60 X 50MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51371	100	
61	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 75 X 60MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	47927	50	
62	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA . DE 85 X 75MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53392	10	
63	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 110 X 85MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	53393	5	
LOTE 9	LUVA DE CORRER COM ANEL PARA TUBO PVC SOLDÁVEL EB-892 PARA AGUA FRIA. LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COR MARROM COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
64	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51373	500	
65	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51374	500	
66	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL- MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51375	600	




67	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48643	100	
68	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51376	100	
69	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51377	300	
70	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48646	30	
71	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	52054	50	
72	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	49181	30	
LOTE 10	TE 90° PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
73	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51379	500	
74	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51380	300	
75	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM;	UNIDADES	48651	300	






	ESPESSURA 2,1MM.				
76	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48652	20	
77	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	48653	20	
78	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	48654	20	
79	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48655	20	
80	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48656	20	
81	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51381	10	
LOTE 11	CAP (TAMPÃO) PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
82	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	49173	500	
83	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	49174	100	
84	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	49175	100	

85	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48661	50	
86	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51382	50	
87	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51383	50	
88	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48665	30	
89	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48666	30	
90	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	48667	10	
LOTE 12	UNIÃO SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB- 892/NBR5648/5680.				
91	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	47715	20	
92	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	47326	20	
93	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	47675	20	
94	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	47585	10	

95	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM;	UNIDADES	47682	10	
96	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51387	10	
97	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48356	10	
98	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48668	10	
99	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	52697	5	
LOTE 13	ADAPTADOR SOLDÁVEL LONGO COM FLANGE E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA, COR MARROM DE PVC RIGIDO; FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5648/77, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.				
100	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	53394	20	
101	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51388	10	
102	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51389	10	
103	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51390	10	
104	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51391	10	

105	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	53395	10	
LOTE 14	TUBO PVC 15 - JEI - PBA - 6M, COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, COM BOLSA PARA JUNTA ELÁSTICA ATRAVÉS DE ANEL DE VEDAÇÃO ALOJADO EM SULCO APROPRIADO NA BOLSA. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, NBR 5647/3.				
106	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 50/60MM; ESPESSURA 3,3MM.	BARRAS	51392	40	
107	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 75/85MM; ESPESSURA 4,7MM.	BARRAS	51393	40	
LOTE 15	LUVA DE CORRER - DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA - JEI - BITOLA - NBR 7.665/2007; PVC RÍGIDO.				
108	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA-JEI- DN 100MM	UNIDADES	51399	30	
109	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 150MM	UNIDADES	51400	20	
110	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 200MM	UNIDADES	51401	10	
111	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 300MM	UNIDADES	51398	5	
LOTE 16	ANEL DE VEDAÇÃO PARA HIDRÔMETROS. FEITO DE BORRACHA OU SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE/BUCHA VEDANTE DE 1/2".				
112	ANEL DE VEDAÇÃO FLEXÍVEL PARA HIDRÔMETROS DN 20. FEITO DE BORRACHA OU	UNIDADES	67772	10000	

	SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE.				
113	BUCHA VEDANTE DE 1/2 PARA TORNEIRAS COM MATERIAL DE SILICONE, DIÂMETRO: 1,3 CM; COMPRIMENTO: 1,8CM.	UNIDADES	60906	1000	
LOTE 17	COTA DO GRUPO 1 - TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.				
114	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	BARRAS	48607	100	
115	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	BARRAS	52585	60	
116	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	BARRAS	52584	50	
117	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	BARRAS	48608	10	
118	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	BARRAS	48609	10	
119	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	BARRAS	48610	2	
120	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	5	

LOTE 18	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400GR PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL - NBR 7.665/2007				
121	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400 GR. PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO.	UNIDADES	51402	15	
LOTE 19	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ADESIVO EXTRAFORTE; RESISTÊNCIA A ALTA PRESSÃO; ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO; INCOLOR; ODOR: CARACTERÍSTICO DE SOLVENTE CETÔNICOS; PH: NÃO APLICÁVEL; DENSIDADE (G/ML): 0,850-0,900; PONTO DE FULGOR: <7°C; VOC (G/1): <0,30; VOLUME 75G. CAIXAS CONTENDO 30 BISNAGAS. MARCAS POLYTUBES OU SIMILAR.				
122	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. BISNAGA DE 75G.	CAIXAS	67768	80	
LOTE 20	FITA VEDA-ROSCA. APLICADA EM ROSCAS DE TUBOS DE METAL OU PLÁSTICO. RESISTENTE AO ATAQUE DE TODAS AS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E CORROSIVAS (A 20°C). SUPORTA TEMPERATURAS ENTRE -90°C E 230°C. IDEAL PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA OU QUENTE, TUBULAÇÕES PARA VAPOR, AR COMPRIMIDO E VÁCUO. COR: BRANCO; COMPOSIÇÃO: TEFLON; TEMPERATURA MÁXIMA DE APLICAÇÃO: 230°C; COMPRIMENTO: 25M; LARGURA: 18MM.				
123	FITA VEDA-ROSCA 18MMx 25M (LARGURA xCOMPRIMENTO).	UNIDADES	49112	600	
LOTE 21	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MM X 3,5MM - MATERIAL PLÁSTICO NYLON COM PROTEÇÃO UV E QUE SUPORTA TEMPERATURA DE -35º A 85º. PACOTES COM 100 UNIDADES.				
124	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MMx3,5MM.	PACOTES	47683	30	
LOTE 22	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS – BI METAL COM DENTIÇÃO DE 24. AS LÂMINAS DE SERRA DEVEM POSSUIR MÚLTIPLAS ARESTAS DE CORTE, E EFEITO DE DIVISÃO DE CAVACOS, PROPORCIONANDO CORTES MAIS SUAVES, SUAS LÂMINAS DEVEM SER SEMI-RÍGIDAS, INQUEBRÁVEIS DURANTE O USO E À PROVA DE ESTILHAÇAMENTO, GARANTINDO UM MENOR CUSTO POR CORTE. AS LÂMINAS DEVEM APRESENTAR UMA ÁREA DE CONTATO MAIOR ENTRE OS METAIS, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA À				

QUEBRA E AO ARRANCAMENTO DOS DENTES DA SERRA.					
125	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS BI - METAL 300x13x0,60 MM. (COMPRIMENTOx LARGURAxESPESSURA).	UNIDADES	67769	700	

16.1 - Os prazos de entrega dos bens são de 10 (dez) dias úteis, contados da Ordem de Compra (OC) pela contratada em remessa parcelada.

16.2 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Jeferson Tagliaferri, 822, Feira, CEP 37270-000, em Campo Belo/MG, em horário comercial de segunda à sexta-feira, de 8h às 17h.

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1º Pedido: (imediato, logo após a assinatura do contrato ou termo equivalente).	<ul style="list-style-type: none"> • 600 barras do item 1; • 600 barras do item 2; • 300 unidades do item 17; • 500 unidades do item 56; • 40 caixas do item 113; • 600 unidades do item 114; • 30 pacote do item 115; • 700 unidades do item 116; • 10000 unidades do item 117; • 1000 unidades do item 118. 	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).
Demais pedidos: restante do pedido imediato. (a depender da demanda do departamento).	<ul style="list-style-type: none"> • 400 barras do item 1; • 500 barras do item 3; • 100 barras do item 4; • 100 barras do item 5; • 50 barras do item 7; • 20 unidades do item 8; • 50 unidades do item 9; • 10 unidades do item 10; • 10 unidades do item 11; • 10 unidades do item 12; • 10 unidades do item 13; • 10 unidades do item 14; • 10 unidades do item 15; • 10 unidades do item 16; • 50 unidades do item 18; • 50 unidades do item 19; 	10 (dez) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Compra (OC).

	<ul style="list-style-type: none"> • 30 unidades do item 20; • 30 unidades do item 21; • 20 unidades do item 22; • 10 unidades do item 23; • 10 unidades do item 24; • 10 unidades do item 25; • 2000 unidades do item 26; • 500 unidades do item 27; • 50 unidades do item 28; • 100 unidades do item 29; • 20 unidades do item 30; • 20 unidades do item 31; • 20 unidades do item 32; • 20 unidades do item 33; • 3000 unidades do item 34; • 2000 unidades do item 35; • 100 unidades do item 36; • 100 unidades do item 37; • 100 unidades do item 38; • 250 unidades do item 39; • 20 unidades do item 40; • 20 unidades do item 41; • 20 unidades do item 42; • 30 unidades do item 43; • 10 unidades do item 44; • 10 unidades do item 45; • 5 unidades do item 46; • 1000 unidades do item 47; • 150 unidades do item 48; • 30 unidades do item 49; • 30 unidades do item 50; • 30 unidades do item 51; • 50 unidades do item 52; • 10 unidades do item 53; • 10 unidades do item 54; • 10 unidades do item 55; • 500 unidades do item 56; • 500 unidades do item 57; • 100 unidades do item 58; • 100 unidades do item 59; • 100 unidades do item 60; 	
--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • 50 unidades do item 61; • 10 unidades do item 62; • 5 unidades do item 63; • 500 unidades do item 64; • 500 unidades do item 65; • 600 unidades do item 66; • 100 unidades do item 67; • 100 unidades do item 68; • 300 unidades do item 69; • 30 unidades do item 70; • 50 unidades do item 71; • 30 unidades do item 72; • 500 unidades do item 73; • 300 unidades do item 74; • 300 unidades do item 75; • 20 unidades do item 76; • 20 unidades do item 77; • 20 unidades do item 78; • 20 unidades do item 79; • 20 unidades do item 80; • 10 unidades do item 81; • 500 unidades do item 82; • 100 unidades do item 83; • 100 unidades do item 84; • 50 unidades do item 85; • 50 unidades do item 86; • 50 unidades do item 87; • 30 unidades do item 88; • 30 unidades do item 89; • 10 unidades do item 90; • 20 unidades do item 91; • 20 unidades do item 92; • 20 unidades do item 93; • 10 unidades do item 94; • 10 unidades do item 95; • 10 unidades do item 96; • 10 unidades do item 97; • 10 unidades do item 98; • 5 unidades do item 99; • 20 unidades do item 100; • 10 unidades do item 101; 	
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • 10 unidades do item 102; • 10 unidades do item 103; • 10 unidades do item 104; • 10 unidades do item 105; • 40 barras do item 106; • 40 barras do item 107; • 30 unidades do item 108; • 20 unidades do item 109; • 10 unidades do item 110; • 5 unidades do item 111; • 15 unidades do item 112; • 40 caixas do item 113. 	
--	---	--

 Gabriela Ramos Silva
 Agente de Contratação/ Pregoeira

 Fabrício Rodrigues Teixeira
 Diretor

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 N.º

O **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede no(a) Avenida Sete de Setembro, nº 363, Centro, na cidade de Campo Belo/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.130.038/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) seu diretor, Sr. Fabrício Rodrigues Teixeira, nomeado(a) pelo Decreto nº 8.434, de 03 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 195-01, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**

nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria n.º 650/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital do Pregão Eletrônico nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.2. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que se caracterizem como desequilíbrio econômico-financeiro das contratações oriundas ARP, aplicando-se no que couber, o disposto em regulamento específico;

6.1.3. Semestralmente, pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se

aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. for liberado pelo órgão gerenciador;

8.1.5. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXX E

O **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede no(a) Avenida Sete de Setembro, nº 363, Centro, na cidade de Campo Belo/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 19.130.038/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) seu diretor, Sr. Fabrício Rodrigues Teixeira, nomeado(a) pelo Decreto nº 8.434, de 03 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 195-01, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 14/2025** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislação e regulamentos aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90006/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços para eventual **AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE ÁGUA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEMA E (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO) DE CAMPO BELO/MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANT</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para a execução do fornecimento objeto do contrato.
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 9.3. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores ou no SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. **Impedimento de licitar e contratar:**

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;

g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) receber multa e não efetuar o pagamento.

e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;

f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. Atraso na execução do objeto;

2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;

g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

h) Induzir em erro a Administração;

i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;

j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;

k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;

l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.

f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;

g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;

h) Alterar substância da mercadoria fornecida;

i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;

j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

iv. Multa:

- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Portaria n. 666/2024.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- a)
 - Ação: 2105 - Manut.Escrit.e Setor.Abastec.D'agua;
 - Funcional: 0017.0512.0139;
 - Vínculo: 17530000000;
 - Elemento de Despesa: 3390.30.00 - Material de consumo;
 - Referência: 1120.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO V

MODELO PROPOSTA

Nome da empresa (razão social):

Endereço (Rua/Avenida, nº, bairro):

Cidade:

UF:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

Dados bancários (com dígito verificador):

Banco nº:

Agência nº:

Conta corrente nº:

SEQ.	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	UNIDADE D E MEDIDA	CEP	QUANT.	IMAGEM ILUSTRATIVA	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------------	-----------------------	-----	--------	-----------------------	------------------	-------------------	----------------

LOTE 1	TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.						
1	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	BARRAS	48607	900			
2	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	BARRAS	52585	540			
3	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	BARRAS	52584	450			
4	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	BARRAS	48608	90			
5	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	BARRAS	48609	90			

6	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	BARRAS	48610	18
7	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	45
LOTE 2	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, CLASSE 15 ABNT NBR 5648.			
8	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51338	20
9	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM	UNIDADES	51339	50
10	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51340	10
11	CURVA LONGA 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA - DE	UNIDADES	48542	10

[illegible]


[illegible]



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro - Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

	CLASSE 15 ABNT NBR 5648.							
17	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51346	300				
18	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51347	50				
19	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51348	50				
20	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	52846	30				
21	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51349	30				
22	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52699	20				




DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO


Av. 7 de Setembro, 363-Centro -Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

28	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM	UNIDADES	47856	50			
29	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	50111	100			
30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	52525	20			
31	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	52527	20			
32	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	52541	20			
33	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	52536	20			

LOTE 5	LUVA SIMPLES PVC SOLDÁVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.							
34	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51353	3000				
35	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	60904	2000				
36	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51354	100				
37	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51356	100				
38	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51357	100				
39	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51358	250				
40	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM;	UNIDADES	51359	20				

	ESPESSURA 4,2MM.							
41	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53387	20				
42	LUVA SIMPLES - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51360	20				
LOTE 6	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO - CLASSE 15 COR AZUL, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.							
43	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 20MM X 1/2; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	52053	30				
44	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 3/4; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	52326	10				
45	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 25MM X 1/2; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48631	10				

46	LUVA SOLDÁVEL/ROSCA (SRM) BUCHA LATÃO DE 32MM X 1; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48632	5			
LOTE 7	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO COR MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.						
47	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 20MM X 1/2"; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51363	1000			
48	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 25MM X 3/4"; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51364	150			
49	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 32MM X 1"; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51365	30			
50	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 40MM X 1.1/4"; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53388	30			

51	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 50MM X 1.1/2"; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51366	30			
52	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 60MM X 2"; ESPESSURA 3,3MM	UNIDADES	51367	50			
53	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 75MM X 2.1/2"; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	51368	10			
54	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 85MM X 3"; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	51369	10			
55	ADAPTADOR PVC MARROM PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DE 110MM X 4"; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51389	10			
LOTE 8	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680						




DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro -Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761

Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

56	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 25 X 20MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	48119	1000				
57	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 32 X 25MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48708	500				
58	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 40 X 32MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	53390	100				
59	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 50 X 40MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	53391	100				
60	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 60 X 50MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51371	100				
61	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 75 X 60MM;	UNIDADES	47927	50				

	ESPESSURA 4,2MM.							
62	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA . DE 85 X 75MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	53392	10				
63	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA. DE 110 X 85MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	53393	5				
LOTE 9	LUVA DE CORRER COM ANEL PARA TUBO PVC SOLDÁVEL EB-892 PARA AGUA FRIA. LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COR MARROM COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.							
64	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51373	500				
65	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51374	500				



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Av. 7 de Setembro, 363-Centro -Tel(35)3831-1087-Fax (35)3832-2761


Cep.: 37.270-000 - Campo Belo - MG

66	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51375	600			
67	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48643	100			
68	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51376	100			
69	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51377	300			
70	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48646	30			
71	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL-MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA	UNIDADES	52054	50			


	4,7MM.			
72	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL COM ANEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	49181	30
LOTE 10	TE 90° PVC SOLDAVEL COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.			
73	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	51379	500
74	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51380	300
75	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	48651	300


[illegible]

76	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48652	20			
77	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	48653	20			
78	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	48654	20			
79	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48655	20			
80	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48656	20			
81	TÊ 90° PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	51381	10			
LOTE 11	CAP (TAMPÃO) PVC SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU						


	SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.							
82	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	49173	500				
83	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	49174	100				
84	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	49175	100				
85	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	48661	50				
86	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51382	50				
87	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51383	50				

88	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48665	30			
89	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48666	30			
90	TAMPÃO PVC SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA 6,1MM.	UNIDADES	48667	10			
LOTE 12	UNIÃO SOLDÁVEL EB-892 COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB- 892/NBR5648/5680.						
91	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	47715	20			
92	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	47326	20			



93	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	47675	20				
94	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	47585	10				
95	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 50MM; ESPESSURA 3MM;	UNIDADES	47682	10				
96	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	51387	10				
97	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM.	UNIDADES	48356	10				
98	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 85MM; ESPESSURA 4,7MM.	UNIDADES	48668	10				
99	UNIÃO SOLDÁVEL - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 110MM; ESPESSURA	UNIDADES	52697	5				




	6,1MM.							
LOTE 13	ADAPTADOR SOLDÁVEL LONGO COM FLANGE E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA, COR MARROM DE PVC RIGIDO; FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5648/77, MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR.							
100	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 20MM; ESPESSURA 1,5MM.	UNIDADES	53394	20				
101	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 25MM; ESPESSURA 1,7MM.	UNIDADES	51388	10				
102	ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 32MM; ESPESSURA 2,1MM.	UNIDADES	51389	10				
103	ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 40MM; ESPESSURA 2,4MM.	UNIDADES	51390	10				
104	ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 50MM; ESPESSURA 3MM.	UNIDADES	51391	10				

105	ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA DE 60MM; ESPESSURA 3,3MM.	UNIDADES	53395	10			
LOTE 14	TUBO PVC 15 - JEI - PBA - 6M, COR MARROM PARA ÁGUA FRIA COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, COM BOLSA PARA JUNTA ELÁSTICA ATRAVÉS DE ANEL DE VEDAÇÃO ALOJADO EM SULCO APROPRIADO NA BOLSA. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, NBR 5647/3.						
106	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 50/60MM; ESPESSURA 3,3MM.	BARRAS	51392	40			
107	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 DE 6M. DE 75/85MM; ESPESSURA 4,7MM.	BARRAS	51393	40			
LOTE 15	LUVA DE CORRER - DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA - JEI -BITOLA - NBR 7.665/2007; PVC RÍGIDO.						
108	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL 1MPA-JEI- DN 100MM	UNIDADES	51399	30			
109	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 150MM	UNIDADES	51400	20			

110	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 200MM	UNIDADES	51401	10				
111	LUVA DE CORRER-DEFOFO - INFRAESTRUTURA -AZUL 1MPA-JEI- DN 300MM	UNIDADES	51398	5				
LOTE 16	ANEL DE VEDAÇÃO PARA HIDRÔMETROS. FEITO DE BORRACHA OU SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE/BUCHA VEDANTE DE 1/2".							
112	ANEL DE VEDAÇÃO FLEXÍVEL PARA HIDRÔMETROS DN 20. FEITO DE BORRACHA OU SILICONE, USADO PARA VEDAR A CONEXÃO ENTRE O HIDRÔMETRO E O TUBETE OU CAVALETE.	UNIDADES	67772	10000				
113	BUCHA VEDANTE DE 1/2 PARA TORNEIRAS COM MATERIAL DE SILICONE, DIÂMETRO: 1,3 CM; COMPRIMENTO: 1,8CM.	UNIDADES	60906	1000				
LOTE 17	COTA DO GRUPO 1 - TUBO PVC SOLDÁVEL 6M - COR MARROM PARA ÁGUA FRIA - COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE 75MCA DE PRESSÃO ESTÁTICA, SISTEMA DE ENCAIXE COM PONTA E BOLSA LISAS PARA JUNÇÃO SOLDÁVEL. MARCAS TIGRE, AMANCO, UNOCANN OU SIMILAR, EB-892/NBR5648/5680.							

[illegible]

120	TUBO PVC SOLDÁVEL, 6M - MARROM PARA ÁGUA FRIA DE 75MM; ESPESSURA 4,2MM	BARRAS	48611	5			
LOTE 18	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400GR PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO - INFRAESTRUTURA - AZUL - NBR 7.665/2007						
121	PASTA LUBRIFICANTE POTE 2.400 GR. PARA TUBOS E CONEXÕES DEFOFO.	UNIDADES	51402	15			
LOTE 19	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ADESIVO EXTRAFORTE; RESISTÊNCIA A ALTA PRESSÃO; ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO; INCOLOR; ODORE: CARACTERÍSTICO DE SOLVENTE CETÔNICOS; PH: NÃO APLICÁVEL; DENSIDADE (G/ML): 0,850-0,900; PONTO DE FULGOR: <7°C; VOC (G/1): <0,30; VOLUME 75G. CAIXAS CONTENDO 30 BISNAGAS. MARCAS POLYTUBES OU SIMILAR.						
122	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC RÍGIDO. BISNAGA DE 75G.	CAIXAS	67768	80			

LOTE 20	FITA VEDA-ROSCA. APLICADA EM ROSCAS DE TUBOS DE METAL OU PLÁSTICO. RESISTENTE AO ATAQUE DE TODAS AS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E CORROSIVAS (A 20°C). SUPORTA TEMPERATURAS ENTRE -90°C E 230°C. IDEAL PARA INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA OU QUENTE, TUBULAÇÕES PARA VAPOR, AR COMPRIMIDO E VÁCUO. COR: BRANCO; COMPOSIÇÃO: TEFLON; TEMPERATURA MÁXIMA DE APLICAÇÃO: 230°C; COMPRIMENTO: 25M; LARGURA: 18MM.							
123	FITA VEDA-ROSCA 18MMx25M (LARGURA xCOMPRIMENTO).	UNIDADES	49112	600				
LOTE 21	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MM X 3,5MM - MATERIAL PLÁSTICO NYLON COM PROTEÇÃO UV E QUE SUPORTA TEMPERATURA DE -35° A 85°. PACOTES COM 100 UNIDADES.							
124	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280MMx3,5MM.	PACOTES	47683	30				
LOTE 22	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS – BI METAL COM DENTIÇÃO DE 24. AS LÂMINAS DE SERRA DEVEM POSSUIR MÚLTIPLAS ARESTAS DE CORTE, E EFEITO DE DIVISÃO DE CAVACOS, PROPORCIONANDO CORTES MAIS SUAVES, SUAS LÂMINAS DEVEM SER SEMI-RÍGIDAS, INQUEBRÁVEIS DURANTE O USO E À PROVA DE ESTILHAÇAMENTO, GARANTINDO UM MENOR CUSTO POR CORTE. AS LÂMINAS DEVEM APRESENTAR UMA ÁREA DE CONTATO MAIOR ENTRE OS METAIS, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA À QUEBRA E AO ARRANCAMENTO DOS DENTES DA SERRA.							

125	LÂMINA DE SERRA MANUAL BS BI - METAL 300x13x0,60 MM. (COMPRIMENTOx LARGURAxESPESSURA).	UNIDADES	67769	700				
-----	--	----------	-------	-----	--	--	--	--

Validade da proposta: 60 dias

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

_____, ____ de _____ de 20____.

 (nome e assinatura do responsável)